

**A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE E SEUS DESAFIOS****Claudio Salvadori Dedecca**

Professor titular de economia social e do trabalho do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp)

Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Pesquisador visitante no Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) do Ipea

*E-mail:* claudio.dedecca@gmail.com

Ao longo da primeira década do século XXI, o Brasil conheceu uma redução da sua desigualdade socio-econômica. Três momentos marcaram o movimento quando este é analisado a partir do comportamento da renda corrente das famílias. Um primeiro associado ao contexto de forte estrangimento econômico ocorrido entre 1999 e 2003, expresso pela sustentação dos rendimentos dos estratos inferiores com queda generalizada dos níveis dos estratos médios e superiores. O outro ocorrido com a recuperação e o crescimento da economia de 2004 a 2008, quando os níveis de rendimento de todos os estratos se elevaram, sendo que aqueles dos estratos inferiores mais rapidamente. E, um último, desde 2009, que reiterou as características do segundo, mas em uma situação de crise internacional e crescimento instável da economia brasileira.

A análise do declínio da desigualdade econômica teve como foco a renda corrente das famílias, isto é, o rendimento monetário resultante fundamentalmente do mercado de trabalho e da proteção social. Quando analisado o período posterior a 2004, nota-se que, pela primeira vez, ocorreu uma elevação generalizada dos níveis de renda dos diversos estratos decorrente das características do crescimento econômico observado.

As famílias, e em especial as de baixa renda, foram amplamente beneficiadas pelo aumento da renda total fomentado pela geração de empregos formais, pelo incremento dos níveis de renda individual induzido pelas políticas públicas de salário mínimo, de proteção social e de transferência de renda, pela preservação do poder de compra pela inflação de um dígito, pelo barateamento de bens no mercado interno decorrente da valorização cambial e pela elevação do gasto público explicado pelos níveis crescente de arrecadação, e pela melhora progressiva das contas públicas do governo federal.

Em outros termos, a queda da desigualdade econômica ocorreu em um ambiente macroeconômico mais consistente com crescente estabilidade, relacionado às políticas públicas que favoreceram os estratos de menor renda da população brasileira. A geração de emprego com a conseqüente queda do desemprego e da informalidade, a política de valorização progressiva do salário mínimo e a consolidação dos programas de proteção e transferência de renda estiveram na raiz deste processo.

Do ponto de vista econômico, isto é da evolução da renda corrente das famílias, a queda da desigualdade esteve estreitamente associada à expansão do consumo das famílias, que desde 2004, tem se mantido em um patamar ao redor de 60% do produto interno bruto (PIB). Acrescida a parcela do consumo público, o consumo tem garantido 80% do PIB, enquanto uma trajetória instável e insuficiente do investimento foi observada ao longo do período. A redução da desigualdade, portanto, se constituiu em uma característica indissociável às características do padrão de crescimento, ao estar determinado pela evolução estável do consumo das famílias. Se, por um lado, a ampliação da renda interna, marcada por ganhos mais expressivos dos mais pobres, deu sustentação a retomada da economia, inclusive durante o período mais agudo da crise internacional, se verifica que ela foi insuficiente para provocar uma queda generalizada e acentuada da desigualdade social, por esta depender intensamente da elevação sustentada dos níveis de investimento público e privado.

Estabelecendo-se como desigualdade social o diferencial de acesso dos diversos estratos da população a bens públicos, como educação, saúde, água e saneamento, proteção trabalhista e social, habitação, mobilidade urbana, entre outros, constatou-se que a

redução do diferencial de acesso entre as famílias mais pobres e as de renda mais elevada foi lenta, exceto quanto ao ingresso na educação básica. O resultado limitado da redução da desigualdade social é convergente com um padrão de crescimento que não foi seguido de uma recomposição do nível de investimento.

Em outras palavras, menor redução social requer investimento sustentado, em nível mais elevado e por um período prolongado em bens públicos, situação difícil de ser conseguida em um crescimento de duração relativamente curta, que ainda se defrontou com cenário de crise internacional, como o conhecido pelo país depois de 2004.

A partir de uma avaliação mais abrangente da evolução da desigualdade socioeconômica no país no período recente, se conclui que reduções futuras mais expressivas estarão dependentes de um crescimento alicerçado no investimento, que venha garantir, de um lado, a continuidade da queda da desigualdade econômica propiciada pelos aumentos de renda corrente e, de outro, a ampliação radical do acesso de qualidade aos bens públicos para a população de menor renda. Conclui-se, portanto, que uma possível redução futura da desigualdade estará principalmente dependente de um crescimento lastreado no consumo, mas dinamizado pelo investimento.

SUMÁRIO EXECUTIVO